

Câmara Municipal de Chopinzinho

CNPJ 77.774.511/0001-95

e-mail: camara@chopinzinho.pr.leg.br – site: www.camarachopinzinho.pr.gov.br

Rua Diogo Antônio Feijó, 4073 – Centro – Anexo ao Banco do Brasil

Fone: (46) 3242-1686/1407

85560-000

Chopinzinho

Paraná

Comissão de Constituição e Justiça

Comissão de Finanças e Orçamentos

Comissão de Agropecuária, Emprego e Renda e Meio Ambiente

Parecer 061/2022

Objeto: Projeto de Lei Ordinária nº 052 de 2022

Autoria: Poder Legislativo

Os membros das comissões se reuniram nesta data para analisar o Projeto de Lei supracitado, que declara de Utilidade Pública Municipal a Associação de Produtores Hortifrutigranjeiros dos Lagos do Iguaçu, e dá outras providências.

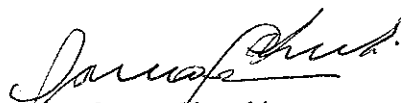
Em síntese, observa-se que a Associação em questão possui caráter puramente beneficente, com o objetivo de fortalecer a união entre os agricultores familiares no dia a dia do homem do campo, auxiliando no fornecimento da organização econômica, social e política dos produtores rurais, e promovendo a economia solidária e o associativismo, através do desenvolvimento de formas de cooperação que ajudem na produção e na comercialização dos bens e serviços, para escolas, hospitais, e demais entidades, além de garantir o direito dos associados junto ao Poder Público em todas as esferas.

Posto isto, deliberados os devidos estudos pelas Comissões desta Casa Legislativa, constatou-se que a Associação preenche os requisitos exigidos pela Lei 1.089/91, de 18 de setembro de 1991, e pela Lei 1.339/95, de 18 de dezembro de 1995, uma vez que possui personalidade jurídica a mais de 90 (noventa) dias, se encontra em efetivo exercício e serve desinteressadamente à coletividade, em observância a seus fins estatutários, não remunerando a qualquer título os cargos de sua diretoria, não distribuindo lucros, bonificações ou vantagens a seus dirigentes, e provendo a educação, assistência social, cultura e filantrópica.

Deste modo, após discutirem e deliberarem quanto a matéria de fato e de direito, os membros das Comissões constataram que não há ilegalidades ou inconstitucionalidades na proposição da normativa, devendo, portanto, ser encaminhado o Projeto de Lei ao Plenário para votação

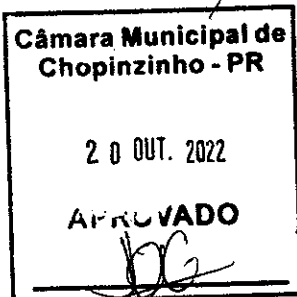
É o parecer.

Câmara Municipal, em 20 de outubro de 2022.


Osmar Checchi
Presidente


Paulo Rosa
Relator

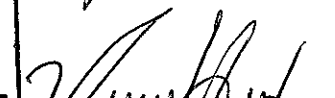

Nereu Hengen
Membro

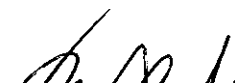




Paulo Rosa
Presidente


Lidia Posso
Relator


Osmar Checchi
Membro


Nereu Hengen
Presidente


Salomon Miri
Relator


Zico
Membro